

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR**

**A INFRAESTRUTURA ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS PARANAENSES:  
UM OLHAR SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO**

**CURITIBA**

**2016**

**KARLA VENDRAMETTO**

**A INFRAESTRUTURA ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS PARANAENSES:  
UM OLHAR SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO**

Monografia apresentada como pré-requisito a  
obtenção do título de especialista em Educação do  
Curso de Políticas Educacionais da Universidade  
Federal do Paraná, sob a orientação:

Profa. Dra. Gabriela Schneider

**CURITIBA**

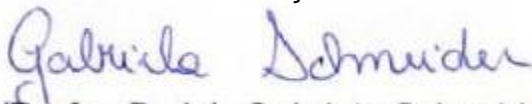
**2016**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**KARLA VENDRAMETTO**

### **A INFRAESTRUTURA ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS PARANAENSES: UM OLHAR SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO**

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Prof. /Profa. Dr (a). Gabriela Schneider  
Orientador (a)



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia  
Coordenadora do Curso

Dedico este estudo ao meu marido e aos meus filhos. Obrigada pela paciência nesse período.

Aos meus pais, pela educação, transmissão de valores e esforço sem os quais não seria possível alcançar tantas coisas boas e minha vida jamais seria igual.

## RESUMO

O orçamento público é o instrumento pelo qual o Estado dispõe para viabilizar a construção e manutenção dos organismos públicos, entre os quais, muitos prestam serviços diretamente à sociedade, como: educação, saúde, segurança, assistência social e outras necessidades básicas que requerem a sobrevivência digna de um indivíduo. Neste sentido, este estudo teve como objetivo geral analisar os investimentos realizados em infraestrutura educacional no Estado do Paraná, entre 2010-2014 e, de igual forma, enfatizar a presença do Estado na garantia ao direito de acesso à educação, como um direito fundamental universalmente instituído. Entre os objetivos específicos procurou-se identificar o Estado como regulador na distribuição dos recursos, estipulados por meio de diretrizes orçamentárias que definem o quantum destinado para cada Estado, tomando como base questões pontuais; definiram-se os critérios de regulação e planejamento do orçamento público para financiar o sistema educacional; relacionou-se o orçamento público como investimento usado pelo Estado para promover a adequada gestão da educação cidadã; definiu-se infraestrutura escolar; levantou-se, por meios de dados estatísticos e informações teóricas, o quantum de recursos foram transferidos pela União ao Estado do Paraná, destinados a infraestrutura escolar, no período objeto de análise. Utilizou-se como método de pesquisa um estudo de revisão e a consulta de dados estatísticos e teóricos oriundos do Ministério da Educação e de páginas da Internet.

**Palavras-chave:** Educação. Orçamento. Infraestrutura. Financiamento de construção e melhorias.

## **ABSTRACT**

The public budget is the instrument by which the state boasts to enable the construction and maintenance of public bodies, including many provide services directly to society, such as education, health, safety, welfare and other basic necessities that requererm survival dignity of an individual. Thus, this study aimed to analyze the investments made in education infraesturtura in Paraná, between 2010-2014 and, equally, to emphasize the presence of the state in ensuring the right of access to education as a fundamental right universally instituted. Among the specific objectives aimed at identifying the state as regulator in the distribution of resources stipulated by budget guidelines that define the quantum allocated to each state, based on specific issues; defined the criteria for regulation and planning of the public budget to fund the educational system; It was related to the public budget as investment used by the state to promote the proper management of citizen education; set up school infrastructure; rose by statistical means and theoretical information, the quantum of funds were transferred by the Union to the State Government, for school infrastructure, the object of analysis period. It was used as a research method a review study and the statistical data query and derived theoretical Ministry of Education and websites.

**Keywords:** Education. Budget. Infrastructure. Financiamneto construction and improvements.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA .....	12
2.1 O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS .....	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	17
2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO .....	22
2.4 ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA .....	24
2.5 INVESTIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ EM EDUCAÇÃO .....	26
2.5.1 Investimentos em infraestrutura no Estado do Paraná em Educação (2010-2014) .....	27
2.5.1.1 Administração do fundo rotativo .....	27
2.5.1.1.1 Cota extra .....	29
2.5.1.1.2 Cota especial .....	33
2.5.1.2 Investimentos do Estado em construções e melhorias (2010-2014)....	33
CONCLUSÃO .....	39
REFERÊNCIAS.....	40

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a garantia de acesso e permanência à educação básica é um direito fundamental do ser humano universalmente instituído, necessário para que um indivíduo possa atingir seu pleno e digno desenvolvimento, tanto físico, como social e espiritual e promova seu próprio progresso pessoal de maneira constante, em todas as fases de seu desenvolvimento.

A educação é dever inderrogável do Estado e em caso de crianças e adolescentes estes não devem ser vistos com o menor grau de descaso e indiferença, seja pelo Estado, pela sociedade, pela família ou responsáveis, sob pena de serem responsabilizados civil e penalmente ou mesmo serem punidos com medidas administrativas, perante a Lei.

A norma constitucional e infraconstitucional aponta o setor público-privado como responsáveis pela educação e devem ocupar-se zelosamente à causa da educação e formação cidadã em um país onde imperam tantas desigualdades sociais que contracenam como as demandas dessa população, que certamente exige o planejamento e adoção de estratégias, pelos gestores, para superar os obstáculos de um universo em que os recursos são escassos para atender as necessidades que emergem no garantimento da educação para todos.

É dever do Estado, constitucionalmente garantido, promover o educando nos processos de ensino-aprendizagem, encontra-se inserido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). É também internacionalmente instituído pela Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, entre outros Diplomas legais, que em conjunto contribuem de maneira decisiva para balizar e ajustar a causa da educação no país, uma responsabilidade tripartite: da União, dos Estados e dos Municípios. O fato é que se exigem investimentos em infraestrutura, por parte do Estado para atender esse direito da população, representados pelos alunos.



Nesse cenário é importante que se conheçam os valores econômicos destinados à infraestrutura escolar, para financiar os gastos com a educação, pois somente assim os gestores poderão contemplar as oscilações ou limitações que existem e projetar as demandas inerentes a cada escola, individualmente.

Este estudo motivou-se na necessidade de se analisar o *quantum* de investimentos tem sido destinado pelo governo federal e estadual em infraestrutura educacional, no período entre 2010-2014, uma vez que as escolas beneficiadas com aportes econômicos satisfatórios enfrentam melhor as demandas da educação, seus desafios e dificuldades.

O governo federal e estadual desenvolve ferramentas, instrumentos, mecanismos, projetos e ações em infraestrutura, sendo o financiamento somente uma delas e que se destina ao subsídio e manutenção das escolas públicas, para tornar viável a educação e definir a qualidade do ensino público.

É importante destacar que no Brasil o financiamento da educação é uma ação organizada no âmbito do orçamento público, deliberado a cada Estado. Porém, anualmente repensado e obedece aos seguintes vetores: número de indivíduos para atender, necessidades atinentes ao projeto físico das escolas, contribuições do cidadão e disponibilidade do orçamento público de governo. Nota-se assim que o orçamento público é um instrumento estratégico capaz de interferir na qualidade do ensino público, a partir do investimento de recursos em infraestrutura escolar.

Pode-se dizer que as decisões tomadas no campo do orçamento público estão profundamente relacionadas com a qualidade da educação no Brasil, por conseguinte, as questões orçamentárias influenciam positivamente nas possibilidades e modos de ação do Estado, da escola e do aluno, exercendo impacto em campos específicos, como saúde, trabalho, profissionalização, emprego, renda e elevação da autoestima do sujeito, no presente e no futuro. Essa hipótese parte da premissa que um povo educado consegue lidar com maior sucesso com as circunstâncias que se encenam no dia-a-dia.

Do exposto, tem-se que o orçamento público é um instrumento estruturante da ação governamental. Portanto, um filtro de análise da viabilidade e investimento à execução da infraestrutura escolar, do ponto de vista econômico, político e social.

Como problema de pesquisa procura-se identificar: O *quantum* de investimento é realizado em infraestrutura na rede de educação do Estado do Paraná?

Como objetivo geral procura-se analisar os investimentos realizados em infraestrutura educacional no Estado do Paraná, no período compreendido entre 2010-2014.

Nos objetivos específicos procura-se conhecer o papel do governo do Estado e sua importância como mecanismo regulador e garantidor do direito à educação (financiamento); definem-se os critérios que regulem o planejamento do orçamento público como fonte financiadora do sistema educacional; relaciona-se o orçamento público como forma de investimento utilizado pelo Estado para promover uma educação cidadã; define-se o significado de infraestrutura escolar; levanta-se o *quantum* em dados estatísticos e informações capazes mensurar os investimentos realizados pelo governo estadual em infraestrutura em educação, no Estado do Paraná, no período relacionado.

Este estudo utilizou o método quali-quantitativo e recorreu a pesquisa bibliográfica com consulta direta a artigos, teses, dissertações e pesquisa a importantes fontes do Ministério da Educação (MEC), no sentido de coletar dados relevantes sobre o problema inicialmente levantado, que é verificar o cumprimento do papel do Estado na garantia do direito de acesso e permanência do aluno a uma educação de qualidade no país.

Este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: uma introdução que trata do problema, justificativa e objetivos do trabalho, no segundo trás uma revisão de estudos que abordam o papel e importância do Estado na garantia dos direitos do cidadão, as políticas públicas, orçamento público, orçamento e infraestrutura, aporte de investimentos do Estado do Paraná em educação e

estuda-se o quantum de investimentos foram destinados para infraestrutura no Estado, no vies educação, entre 2010-2014, correlacionando a administração do fundo rotativo (cota extra e cota especial) e, por fim, analisam-se os investimentos do Estado do Paraná em construções e melhorias, entre 2010-2014.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem como finalidade abordar o papel do Estado na garantia dos direitos da criança, do adolescente e do adulto, quanto à educação para todos na formação física, social e psíquica da pessoa humana, à qual goza de direitos fundamentais inscritos na Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien, Tailândia, trazidos para dentro da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), transformando-se em dever do Estado, dos pais e responsáveis pela criança ou adolescente atingir seu desenvolvimento e tornar-se autônomo, livre e integrado.

### 2.1 O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS

Conforme Ferro (2008), as funções do Estado contemporâneo visam desenvolver políticas que busquem a paz social, gerindo a administração pública e aplicando os recursos na satisfação das necessidades coletivas; atuar em âmbito social, no sentido de promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população; atuar no âmbito econômico, no sentido de estabilizar a economia e promover a garantia de seu correto funcionamento, promovendo crescimento e desenvolvimento econômico. O Estado deve garantir eficiência, estabilidade e equidade em suas ações.

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, mediante a adoção de um plano de ação que vizasse satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem da criança, do adolescente e de todas as pessoas como seres humanos, por meio da Declaração de Jomtien, realizada na Tailândia, em 9 de março de 1990, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem proclamou em seu art. 2º., o seguinte:

2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de

respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

O setor público é um organismo representado pelo Estado Democrático de Direito, responsável por promover a plena satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, como: saúde, educação, segurança e outros fatores indispensáveis à adequada sobrevivência como sujeitos (guiadosdireitos, 2015).

No Brasil, a garantia do direito a educação é reconhecida mediante a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), momento este em que as responsabilidades do Estado foram repensadas e reorganizadas tornando a educação fundamental dever primordial da educação, uma vez que anteriormente ao evento constitucional não configurava como dever do Estado garantir um ensino com qualidade, reportando-se a uma educação puramente assistencialista, prestada para amparar os que não dispunham de recursos financeiros para auto-educar-se. Entretanto, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) produz novo parâmetro legislativo e em seu artigo traz importantes considerações que remetem a entender que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 205.

Em âmbito internacional, conforme visto a educação integral à criança e ao adolescente é um direito inarredável e a Convenção das Nações Unidas (1989) e por outro lado a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990) expõe em seu art. 1º. o seguinte:

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais à aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), em conjunto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) regulamentam e se completam quando o assunto é educação e atrelados, fornecem mecanismos para garantir o direito à educação em escolas públicas fundamentais, aos brasileiros, preconizando que nenhuma criança, jovem ou adulto deixe seus estudos decorrentes da falta de vagas.

O Estado tem o dever de conferir proteção à família e à entidade familiar, de forma que a família é regulada por dispositivos do sistema jurídico nacional, incluindo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pelo Código Civil (2002), pela Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, à qual instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), normas estas que buscam, além de resguardar o domicílio da família e da entidade familiar, assegurar à criança e ao adolescente integral proteção para atingir seu pleno desenvolvimento físico, moral, intelectual, social e físico (FACHIN, 2003).

A introdução da Lei n. 8.069/1990 possibilitou à criança e ao adolescente serem elevados à condição de cidadãos, de forma que foram deixados de ser vistos como objetos à simples guarda e se tornam sujeitos de direitos e deveres, até então marginalizados pela sociedade e pelo Estado (RIBEIRO e MARTINS, 2007).

O poder familiar é indivisível, mas permite delegar o dever de cuidar, educar, ensinar, assistir e proteger, enquanto ou durante o tempo em que os pais trabalham ou estudam, possibilitando que outras pessoas se envolvam nas

relações de cuidado e educação da criança ou adolescente, como no caso do professor.

A escola é uma extensão do lar e nesse cenário caberá aos educadores, professores e diretores, no âmbito escolar, também são responsáveis pela saúde física e mental, pelo cuidar, educar, ensinar e proteger a criança e o adolescente, devendo estes estar adequadamente informados sobre as normas e diretrizes que balizam tal cuidado e proteção, informando as autoridades competentes caso haja indícios de riscos contra a criança ou adolescente.

### TÍTULO III

#### DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensinoaprendizagem.

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo. (MENEZES, 2001)

A criança e o adolescente tem a garantia ao direito de acesso à escola pública e gratuita, próxima onde reside, de ser respeitado por seus educadores, ter igualdade de condições para acesso e permanência na escola, desfrutar do direito de contestar os critérios de avaliação, podendo recorrer às instâncias escolares superiores no sentido de obter harmonização na relação aluno-escola (guiadosdireitos, 2015).

Caracterizam-se deveres dos pais a tarefa de matricular, acompanhar a frequência e o nível de aproveitamento de suas crianças/filhos e adolescentes na escola. Ressalta-se que o descumprimento desses deveres é crime de abandono intelectual, a partir do momento em que a criança não é matriculada na escola, ou poderá configurar infração administrativa, quando os pais não acompanham o desenvolvimento no aluno em idade escolar. Diante do exposto, verifica-se que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (guiadosdireitos, 2015).

Ensino Fundamental (da 1ª. à 8ª. série), obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; ampliar gradativamente a oferta do ensino médio (colegial); atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (de preferência na rede regular de ensino); atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; atendimento no ensino fundamental, através de programas que garantam material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No Brasil, o ensino público é um dever considerado obrigatório, que deverá ser ofertado regularmente ao público destinatário, que são os alunos e não poderá ser descumprido pelo pais, responsáveis e pelo Poder Público, os quais serão responsabilizados, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu art. 209, § 2º., em conjunto com os chefes do Poder Executivo, representados pelos prefeitos e governadores, os quais poderão serem depostos de seus cargos eletivos .

O cumprimento dos deveres do Estado é contemplado no projeto de políticas públicas que constituem um dos principais resultados da ação do Estado



e se divide em setores, sendo o setor da educação somente um deles, mas fundamental ao desempenho da sociedade, do Estado e conseqüentemente do cidadão.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na atual realidade de governo, as políticas públicas seguem rumos diversos em diferentes continentes, justificados pela natureza do país, sua cultura, tradição política e governamental que individualmente cultivam<sup>1</sup>, mas sua política pública deve necessariamente contemplar as necessidades do cidadão e suas vulnerabilidades sociais, educacionais, laborais e de segurança, como dever do Estado e um direito dos que integram esse organismo público.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia, de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, mais na análise sobre o Estado e suas instituições, do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

O Estado enquanto organização burocrática tem como objeto de trabalho administrar a coisa pública, o corolário de atividades ou ações sociais do Estado definidas por lei ou atos de governo que visam executar as tarefas de interesse público.

As políticas públicas (PP) são mecanismos estratégicos, entre os quais os diversos grupos que compõem uma sociedade, apropriados de interesses distintos,

---

<sup>1</sup> Estudos sobre as políticas públicas preconizam que em democracias estáveis o que o governo faz ou deixa de fazer, pode ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A disciplina nasce como sub-área da Ciência Política e abre caminho às ciências políticas norte-americanas, refere-se ao estudo do mundo público (SOUZA, 2006).

tomam decisões coletivas que condicionam essa sociedade, com forma diferenciada de ser, identificar e perceber o mundo. Os membros sociais, entre os quais figura a sociedade civil em geral: cidadãos, empresas, instituições filantrópicas, associações sindicais e religiosas e todos os demais atores sociais integrantes da sociedade, têm diferentes expectativas sobre a vida em sociedade, incluindo ideais, valores, interesses e objetivos distintos. Tais expectativas fundamentam-se no pensamento que os conflitos podem ser resolvidos por meio da ação política, pautada no equacionamento dos problemas.

As PP resultam da ação pública, são criadas por meio de estratégias que possibilitem o implante dos objetivos desejados. As decisões políticas são tomadas por quem tem poder para tomar decisões públicas, que são os atores envolvidos na produção das PP. De acordo com Mattos Höfling (2001, p. 35):

As Políticas Públicas são ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis [...] pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer seu equilíbrio. [...] o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade.

De acordo com a autora, “uma das relações consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e Políticas Sociais, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que implementa em determinada sociedade, em determinado período histórico” (HÖFLING, 2001,p35).

Offe e Lenhardt (1990, 19p.) apud RODRIGUES (2011) afirmam que: “políticas sociais constituem instrumento importante na mercantilização da força de trabalho”. Têm foco central no papel dos governos devendo deixar de lado conflitos e limites que cercam as decisões destes, possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre eles, entre instituições públicas e privadas ou grupos sociais diversos.

Os trabalhadores são beneficiários das políticas públicas desenvolvidas para garantir seguridade, foram criadas para os assalariados das industriais e estendem-se aos sujeitos na qualidade de beneficiários. Em um país industrializado há a necessidade de empregar grandes contingentes de funcionários públicos, gerando poder político e poder público. A organização da produção faz dos funcionários públicos peça fundamental na produção capitalista e se posiciona de modo diferente na economia mundial. O processo de modernização brasileiro é fator marcante e segmentado, com setores industriais modernos, convivendo com setores tradicionais e com uma economia agrária exportadora.

Na análise e avaliação das políticas implementadas por um governo fatores determinantes e de natureza diversa são importantes quando se focalizam políticas sociais, usualmente entendidas como educação, saúde, segurança, previdência, habitação, saneamento, etc.; os fatores envolvidos para aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados, por isso mesmo exigem esforço e acurada análise (HÖFLING, 2001).

O Estado de Bem-Estar Social tem como prerrogativa reordenar a sociedade com base na proteção, educação e segurança social, que garanta um patamar de renda mínima, saúde, educação, habitação, saneamento e segurança como direito fundamental garantido e assegurado ao cidadão (HÖFLING, 2001).

O Estado de Bem-Estar Social nasceu de tipo promovido pelas PP internas de um país. De acordo com Bobbio (2004), as PP se caracterizam como uma intervenção do Estado no ordenamento da sociedade, são adotadas por meio de ações sócio-jurídico-administrativas que visam ao Bem-Estar-Social da comunidade em completa harmonia com os recursos do Estado.

De acordo com Rodrigues (2011), assim como a história e a cultura, a capacidade de mobilização social e a qualidade das instituições dos diversos países fazem grande diferença na interação entre Estado-sociedade. Esping-Andersen (1990) considerou a natureza da classe trabalhadora, as estruturas de coalização política de classe e o legado histórico da institucionalização do regime político de diversos países como variáveis analíticas importantes que explicam a

emergência de Estados de Bem-Estar diferenciados. Considerando as formas de como as atividades estatais se entrelaçam com o papel de mercado e da família, em termos de provisão social, Esping-Andersen (1990) analisou três tipos de Estado de Bem-Estar Social.

A institucionalização da participação cidadã nos processos de formulação das PP se estabeleceu, inicialmente, nos Estados Unidos, regulamentada em 1946, na *Administrative Procedure Act*, com vistas a equilibrar a captação e o domínio das agências administrativas por grupos dotados de interesses particulares, que se fizeram dominantes no pós-guerra (CUNILL GRAU, 2005).

Na maioria dos países situados na América Latina, foram instituídos, formalmente, diversos mecanismos, em pelo menos meio século. Nesse percurso histórico, as principais críticas apareceram entre defensores da teoria elitista da democracia, que viram a participação cidadã como fonte de ineficácia à regulação do Estado, fundamentado no tempo e dinheiro que consomem, enfraquecimento, inclusive as autoridades governamentais. Atualmente, admite-se que a construção cidadã possa ser ilimitada pela participação cidadã nos assuntos públicos, não somente pelas possibilidades de atentar contra sua ineficiência e por transcender a assimetria na representação social (CUNILL GRAU, 2005).

No contexto do estado de Bem-Estar Social a *Welfare State* caracteriza a transformação do próprio Estado, a partir das estruturas, funções e legitimidade, funcionando como resposta às demandas por serviços de educação, segurança, moradia e estabilidade socioeconômica. Para Arretch (1995, p. 11) apud MEDEIROS (2001, s/p): “as medidas de proteção aos pobres foram progressivamente deixando de tratá-los indistintamente, passando a surgir políticas de atenção à heterogeneidade da pobreza”.

A *Welfare State* consiste na mobilização do aparelho estatal na sociedade capitalista, para atuar diretamente com o Bem-Estar Social da população, em países industrializados. Tem como prerrogativa regular a economia capitalista, por meio de políticas macroeconômicas, garantindo grau razoável de coordenação

entre as diversas instituições responsáveis por produzir bens e serviços que, em parte, é realizada pelo *Welfare State*.

As políticas sociais têm pretendem aumentar a capacidade de consumo do trabalhador e de suas famílias, o que fatalmente gera gastos ao governo em termos de habitação, transporte, educação, segurança e saneamento incentivando a expansão de demandas agregadas ao desenvolvimento tecnológico.

Ao socializar os custos referentes aos riscos do emprego industrial e reprodução da força de trabalho libera o capital privado para investimento, garantindo reserva à mão-de-obra em diversos níveis de qualificação. A *Welfare State* tem como finalidade proporcionar equilíbrio, em conjunto com as políticas keynesianas para controle do mercado e da produção, na busca de promover o equilíbrio na relação oferta-demanda, regulando, de igual forma, a política social. O processo de barganha entre os capitalistas e trabalhadores passa ser tratado como um assunto público. Vacca (1991, p.123) afirmou:

*Welfare State* seria um mecanismo de controle político das classes trabalhadoras pelas classes capitalistas: a intervenção no processo de barganha limita institucionalmente a capacidade de organização dos trabalhadores fora do aparato estatal.

Os diferentes aspectos devem estar ligados a um contorno de Estado no interior do qual se movimentam. Porém, é importante ressaltar a diferença entre Estado e governo. Para adotar uma compreensão sintética é possível considerar o Estado como um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras organizações, não necessariamente que formem um bloco monolítico, mas que possibilitam a ação do governo; o governo como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) e propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Gobert e Muller (2007) afirmam que “as PP são entendidas como um *estado em ação*. É o Estado implantando seu projeto de governo, com programas e ações voltadas para alguns setores específicos da sociedade”. Nesse contexto, pode-se dizer que o Estado não pode ser reduzido somente à burocracia pública as PP não podem ser reduzidas à simples políticas estatais. As políticas públicas são ações que determinam o padrão de efeito protetor social e educacional e de segurança implementadas pelo Estado, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais visando reduzir desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltam-se aos conflitos que surgem entre capital-trabalho, durante as primeiras revoluções industriais.

As PP, no tocante à educação pública, são de responsabilidade do Ministério da Saúde e das Secretarias da Saúde de cada Estado, órgãos pertencentes ao Estado, uma política pública de corte social, não pensada somente pelos organismos. Sendo assim, as políticas sociais e educacionais – e educação do cidadão – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado visando à formação, manutenção e controle das relações sociais de determinada região ou território. Portanto, as PP assumem “feições” diferentes em sociedades dispares e sob diferentes concepções de Estado. Não é possível pensar em Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade em seu todo.

### 2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO

O Brasil é um país estatuído sob o regime democrático de direito e, por meio da Lei do Orçamento Público realiza a alocação dos recursos públicos. O orçamento público é um instrumento de planejamento às decisões políticas. Por meio dele definem-se as ações prioritárias para atender as demandas da sociedade segundo a disponibilidade de recursos do Estado. No entanto, para a adequada realização as despesas devem estar previstas conforme a Lei de Orçamento Anual

(LOA) - (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015). No Brasil, o processo orçamentário reflete na corresponsabilidade entre poderes: União, Estados e Municípios, configurando quatro fases distintas:

- 1.A elaboração da proposta, feita no âmbito do Poder Executivo;
- 2.A apreciação e votação pelo Legislativo - no caso do governo federal, o Congresso Nacional;
- 3.A sua execução; e
- 4.O controle, consubstanciado no acompanhamento e avaliação da execução (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

A estabilização econômica permite que os orçamentos públicos, cujos valores são expressos em uma realidade econômica e de demandas, não poderão permanecer defasados, em consequência, o projeto do orçamento público deve espelhar com nitidez a alocação dos recursos e que favoreça seu acompanhamento e avaliação das ações governamentais, pelo contribuinte e por seus representantes legais no sentido de promover a construção de um Estado moderno, dedicado aos interesses sociais. Essa realidade demanda faz difundir a concepção de orçamento público, expressando o esforço do governo em atender à programação de demandas da sociedade, às quais são financiadas com contribuições dos cidadãos, por meio do pagamento de tributos, contribuições sociais e tarifas de serviços públicos (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

“O Orçamento Geral da União (OGU) prevê todos os recursos e fixa todas as despesas do governo federal, sobre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. As despesas fixadas no orçamento são cobertas com o produto da arrecadação dos impostos federais, como o Imposto de Renda (IR), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculado sobre o faturamento mensal das empresas, vendas de mercadorias, mercadorias e serviços e serviços de qualquer natureza, com desconto na folha do assalariado, o qual investe para financiar sua própria aposentadoria” (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

Os gastos do governo ainda podem ser financiados pelas operações de crédito, ou seja, pelo endividamento do Tesouro Nacional junto ao mercado financeiro interno e externo, um mecanismo que implica no aumento do endividamento público. Por outro lado, as receitas são estimadas pelo governo e assim poderão ser maiores ou menores do que inicialmente previsto. Porém, caso a economia cresça durante o ano, mais do que o esperado, a arrecadação dos impostos aumenta, podendo ocorrer o inverso (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

É importante ressaltar que tomando como base a receita prevista são fixadas as despesas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e, após aprovado o orçamento pelo Congresso Nacional, o governo passa gastar o limite previamente autorizado. Porém, caso a receita anual seja superior à previsão inicial o governo reencaminha ao Congresso um Projeto-de-Lei solicitando autorização para incorporar e executar o excesso de gastos (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

No projeto definem-se as novas despesas custeadas pelos recursos solicitados. Porém, caso a receita baixe o governo estará impossibilitado de executar o orçamento em sua totalidade, exigindo corte de despesas programadas. Nesta última década, devido a inflação crônica e ascendente essa taxa estimada tem sido menor que a inflação anual. Entretanto, caso o orçamento público previsse determinado valor para construção de estrada federal, quando liberado o recurso seu valor real (descontada a inflação) não era suficiente para executar a obra, gerando distorções, como a paralisação de projetos pela metade ou a construção de estradas de péssima qualidade (ORÇAMENTO PÚBLICO, 2015).

## 2.4 ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

No Brasil, a infraestrutura é uma dinâmica fundamental ao desenvolvimento econômico em um contexto de demandas sociais e de governo, se assim não fosse, as empresas e o próprio Estado não conseguiriam desenvolver adequadamente seus negócios. Hipoteticamente, pressupõe-se que quando um país apresenta infraestrutura pouco desenvolvida os produtos podem encarecer no



mercado interno, prejudicando os consumidores, consequentemente, o mercado externo, dificultando as exportações em função da concorrência internacional (INFRAESTRUTURA, 2015). Conforme um artigo publicado na Internet, denominado Infraestrutura (2015, s/p), preconiza que conceitualmente, o termo infraestrutura consiste no seguinte:

Infraestrutura é o conjunto de atividades e estruturas da economia de um país que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades. Por exemplo, para que as empresas de um país possam exportar são necessários portos e aeroportos (elementos da Infraestrutura de um país).

A infraestrutura das escolas é um dos aspectos da educação brasileira que vem chamando a atenção há muitos anos.

É importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas.

No Brasil, segundo Soares Neto et al. (2013), a consolidação dos processos de avaliação educacional conduz ao aprofundamento de estudos sobre os fatores associados que expliquem o desempenho escolar dos alunos, por meio de exames padronizados. Diante do exposto, entender tais fatores é de fundamental o desenvolvimento das políticas públicas no campo da educação e que sejam efetivas. Estudos são elaborados para estabelecer os fatores que mais impactam no aprendizado dos alunos e em qual proporção.

A infraestrutura das escolas é um dos aspectos mais importantes da educação brasileira, estudado durante anos, discutido no início dos anos 80, quando Castro e Fletcher (1986) estudaram as condições materiais das escolas brasileiras e apontaram a questão da eficiência e eficácia dos gastos públicos com a educação, identificando a relevância da infraestrutura das escolas para ocorrer o aprendizado do aluno.

Conforme Sátyro e Soares (2007), no Brasil, houve significativa melhora na infraestrutura escolar entre 1997-2005, mas ainda assim não repercutiu na repetência e aprendizado dos alunos. No entanto, persistem grandes diferenças

entre as escolas estaduais e privadas em relação às municipais na atualidade, exigindo que sejam conhecidos os impactos das condições materiais das escolas nos resultados educacionais. De acordo com Soares et al. (2006), a infraestrutura na educação promovida na área rural deve ser melhor entendida.

A responsabilidade pela oferta da educação básica é dividida entre os Estados e Municípios, em um cenário de desigualdades regionais e com disparidade entre diversas redes de ensino estudos sobre fatores associados ao desempenho têm mostrado diferenças enormes entre escolas, explicadas por meio de diversos fatores, como, por exemplo, o nível socioeconômico das escolas.

## 2.5 INVESTIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ EM EDUCAÇÃO

Em Curitiba no ano de 2015 em uma das reuniões foi apresentado o Programa Meta Minha Escola Tem Ação, que busca fortalecer a gestão escolar, visa à melhoria da qualidade do ensino da educação básica, redução das taxas de abandono, reprovação, aprovação por conselho de classe e distorção idade-série. No entanto, o Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR) deve ser votado pela Assembleia Legislativa do Paraná para exercer eficácia prática. Segundo Fernando Xavier Ferreira, secretário da Educação: “a elaboração do Plano Estadual é decorrente do Plano Nacional de Educação (PNE), que é uma lei nacional” (ESTADO DO PARANÁ, 2015).

O Paraná contou com o documento-referência que recebeu sugestões coletadas em audiências públicas e depois disso, nos Núcleos Regionais, sendo as contribuições sistematizadas e o Comitê Gestor validou o documento-referência.

Depois dessa fase o Comitê encaminhou o documento ao Executivo, o qual envia o material ao Poder Legislativo, para ser discutido e votado. Ressalta Seres que esse trabalho foi: “[elaborado] dentro das 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional da Educação e segue as diretrizes da Lei federal. Por outro lado, as audiências públicas também contribuíram para que o Plano Estadual estivesse em

consonância com os Planos Municipais da Educação” (ESTADO DO PARANÁ, 2015).

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 2014 e estabeleceu um ano para que os Estados e Municípios definissem seus próprios planos, com estabelecimento de metas e obrigações (ESTADO DO PARANÁ, 2015).

A União destina recursos para ser implantados no setor de infraestrutura escolar, os quais são devidamente encaminhados aos Estados e Municípios para realizar a construção e melhorias de escolas públicas, conforme será visto a seguir.

#### 2.5.1 Investimentos em infraestrutura no Estado do Paraná em Educação (2010-2014)

.+

De acordo com o Governo do Estado do Paraná (2012), por meio da Secretaria de Estado da Educação e Departamento de Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar, em estudo realizado sobre o Fundo Rotativo de Recursos Descentralizados para Escolas Estaduais, em 2012, em todos os Estados da Federação o orçamento destinado à infraestrutura faz parte das **despesas de capital** realizadas à aquisição de equipamentos, materiais de uso temporário e permanentes, construções e melhorias em infraestrutura e edificações escolares, mas somente poderão ser realizadas mediante a liberação de **cotas extras** ou **cota especial**.

A construção e melhorias trata da execução de obras e serviços de engenharia em ambiente escolar que já existe. E, geralmente, se refere às obras externas, incluindo construção de muros, passarelas, calçadas, centrais de gás, rampas, alambrados, paisagismos, fechamento lateral e iluminação de quadras esportivas, entre outras.

##### 2.5.1.1 Administração do fundo rotativo

Conforme o governo do Estado do Paraná (2012), o Fundo Rotativo será administrado por um gestor, no caso de estabelecimento de ensino único, o diretor ou; no caso de um grupo de estabelecimentos de ensino: um diretor representante dos demais. Ressalte-se que neste item será utilizado como fonte bibliográfica sempre o mesmo autor.

“O diretor, ao assumir a direção do estabelecimento de Ensino, deverá proceder a alteração do cadastro na agência bancária, mediante Declaração fornecida pelo NRE, acompanhada da Resolução Secretarial de Nomeação, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado em anexo os documentos pessoais: RG, CPF e comprovante de residência”(Manual de Operacionalização,2012).

Em caso de término de mandato, afastamento temporário ou definitivo do diretor responsável pelo Fundo, o mesmo deverá efetuar a prestação de contas de sua gestão ao substituto, bem como preencher o Termo de Transmissão de Gestão do Fundo Rotativo, prosseguindo as regras em relação à conta bancária.

“As liberações de recursos de qualquer modalidade de Cota estarão condicionadas à inexistência de pendências de Prestação de Contas do Fundo Rotativo do Estabelecimento de Ensino, junto ao NRE, SEED ou Tribunal De Contas do Estado do Paraná e situações que caracterizem alguma irregularidade, como emissão de cheque sem provisão de fundos” (Manual de Operacionalização, 2012).

Em caso de pendência de Prestação de Contas, a SEED e o NRE, em conjunto informarão o gestor do Fundo, que será o Presidente da APMF ou do Conselho Escolar para que providenciem sua regularização, que será mediante a prestação ou devolução dos recursos recebidos. O Gestor receberá da SEED informações sobre liberação de recursos pelo meio Digital – mensagens no Sistema – GRF, Portal Educacional do Estado do Paraná ou Informativo – Carta de Aviso.

“As despesas somente deverão ser realizadas após o recebimento do recurso, respeitando a classificação de rubricas orçamentárias, devendo ser pagas à vista, ficando expressamente proibida as compras à prazo; ressarcimento de despesas; contrato de manutenção; locação de máquinas e equipamentos;

monitoramento; contratação de seguros; outras despesas de natureza contínua; despesas com combustíveis (exceto os estabelecimentos da rede estadual de ensino agrícola e florestal). O fornecedor deverá compensar o cheque emitido pela Escola relativo ao pagamento dos materiais/serviços o mais breve possível e sempre na conta corrente” (Manual de Operacionalização, 2012).

A cada cota liberada, o gestor do Fundo deverá elaborar um plano de aplicação das metas prioritárias, observando as finalidades fixadas em Manual de orientações.

O Plano de Aplicação deverá ser elaborado no Sistema – GRF e após preenchimento dos campos o sistema gera o documento, o qual será impresso em 2 (duas) vias e submetido à aprovação da APMF ou do Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino.

O plano de aplicação será elaborado, considerando a cota liberada, tipo de despesa autorizada pela cota, grupo de despesa vinculada ao tipo de despesa, item de despesa (se for o caso), valor estimado para cada grupo ou item de despesa

#### 2.5.1.1.1 Cota extra

O governo do Estado do Paraná (2012) afirma que a destinação de recursos para a cota extra inclui gastos com reparos e melhorias na infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Nesses reparos incluem os serviços de substituição de elementos construtivos existentes na escola (parte ou todo), sendo utilizado o mesmo material de construção ou outro de melhor qualidade, ou maior vida útil, durabilidade e propriedades técnicas. Substituir: trocar partes danificadas do prédio; Recuperar: consertar partes danificadas do prédio; Reparar: refazer partes danificadas do prédio. Ressalte-se que neste item será utilizado como fonte bibliográfica sempre o mesmo autor.

Nesse tipo de serviço é obrigatório caracterizar a substituição, recuperação ou reparação de partes danificadas do prédio. Por exemplo: troca de telhas

quebradas da parte danificada, da fechadura que emperrou, da fiação elétrica, do vaso sanitário, disjuntor estragado, entre outras situações.

Na melhoria, como o nome tras, refere-se aos serviços que propiciem melhoria no projeto original da escola, mediante a execução de obra ou serviço de engenharia que não existia no ambiente escolar. Geralmente, se refere às obras externas como: construção de muro; cerca tipo alambrado; construção de passarelas e rampas; colocação de tela de proteção; fechamento de quadra esportiva com alambrado; acessibilidade; iluminação e fechamento de quadras esportivas; execução de coberturas.

Também, em outras situações, a exemplo da necessidade de conversão ou adequação de um ambiente já existente, transformando em outro pela modificação de sua utilização, como: transformação de sala de aula em laboratório. É importante ressaltar que na grande maioria, os serviços exigem a elaboração de um projeto de engenharia e participação de profissionais habilitados pelo CREA (Engenheiro e/ou Arquiteto). Existe diferença entre reparo e melhoria, por exemplo, o reparo consiste na reconstrução de muro que desabou e melhoria, na construção de muro que não existia. O reparo consiste na substituição do alambrado já existente e melhoria na construção de alambrado que não existia.

A liberação dos recursos, na conta do Fundo Rotativo do Estabelecimento de Ensino está condicionada à inexistência de pendências na prestação de contas, análise da solicitação pelas Coordenadorias competentes da SUDE, disponibilidade orçamentária, financeira e entrega do Termo Provisório de Recebimento de Serviços/Reparos/Melhorias das liberações ocorridas anteriormente.

O interessado na execução da obra (Escola) deve protocolar o pedido no NRE, contendo ofício de encaminhamento dirigido ao Secretário de Estado da Educação, Planilha de Serviços elaborada em conformidade com a Tabela de Preços da SEIL/DER - Custos de Edificações, acompanhada de 3 (três) orçamentos de empresas do ramo de edificações, Comprovante de Inscrição e da Situação Cadastral, Certidão Negativa de Débito, ambas emitidas pela Receita Federal, Certidão Negativa de Débito Municipal fornecida pela Prefeitura Municipal,

fotografias da área de intervenção, quando possíveis, Declaração e Requerimento e Parecer do NRE.

O manual de Operacionalização ainda orienta que o “Estabelecimento de Ensino deve providenciar 3 (três) orçamentos com quantitativos e discriminados os serviços em papel timbrado da empresa, contendo carimbo, data e assinatura do responsável. Porém, se pela natureza do serviço não houver condições de apresentação de 3 (três) orçamentos o interessado deve apresentar os orçamentos disponíveis acompanhados de justificativa. Caso algum tipo de serviço não conste da Planilha de Serviços da SEIL/DER, o Diretor do Estabelecimento de Ensino deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Orçamento – COR/SUDE.

Os orçamentos apresentados deverão discriminar os serviços, quantitativos e respectivos preços, conforme listagem da Planilha de Serviços da SEIL/DER. É imprescindível a apresentação de fotografias, demonstrando a real necessário dos serviços, exceto quando não houver possibilidade técnica para tal, por exemplo, sobrecarga de energia elétrica, obstrução da rede de esgoto não aparente, entre outras situações.

Havendo atendimento da solicitação pela SEED, o Estabelecimento de Ensino deverá encaminhar a SUDE – Coordenadoria de Registro e Patrimônio (CRP), após conclusão dos serviços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Termo Provisório de Recebimento de Serviços de Reparos/Melhorias, para registro dos serviços executados. O não cumprimento do solicitado, no prazo indicado, implicará na retenção de outros pedidos de cotas extras do Fundo Rotativo.

Caso haja necessidade de executar serviços que requeiram acompanhamento de Engenheiro ou Arquiteto, como: Projeto e Execução de Obras e serviços complementares (arquitetura, estrutura, instalações elétricas, instalações de água e esgotos sanitários, instalações de gás e telefonia, acessibilidade, prevenção de incêndio, e outros), a Escola deverá exigir ART da empresa contratada no momento que a obra for iniciada, cuja emissão deve ser condicionada ao pagamento dos serviços. A guia da ART deverá fazer parte da Prestação de Contas.

Em se tratando da solicitação de recursos para reparos/obras/melhorias, no caso da aquisição de materiais, o valor máximo permitido, previsto na Legislação para Compras e Serviços, é de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – valor cotado em 2012. Às solicitações de recursos, pelas Escolas, para obras/serviços de engenharia, realizadas por empresas do ramo, até o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais – valor cotado em 2012), devem ser anexados, além dos documentos relacionados, o Projeto Básico, quando necessário, e Planilha de Serviços elaborada por Técnico Responsável.

Os serviços de reparos de pequeno valor, caracterizados como despesas de manutenção (pintura, limpeza de fossas e caixas d'água, consertos de vazamento, substituição de louça sanitária, entre outros reparos) deverão ser criteriosamente acompanhados pelo Diretor do Estabelecimento e representante da APMF ou Conselho Escolar, além da vistoria do Supervisor de Edificações do NRE.

Havendo atendimento da solicitação pela SEED, o Termo Provisório de Recebimento de Serviços de Reparos/Melhorias deverá apresentar fotos do momento da solicitação e, após os serviços executados, elaborado em 3 (três) vias.

O Estabelecimento de Ensino contemplado com a liberação do recurso deve seguir orientações contidas no Manual *Gestão Descentralizada para Execução de Obras e Serviços de Engenharia nos Estabelecimentos de Ensino*. (Manual de Operacionalização, 2012).

O Estabelecimento de Ensino poderá solicitar Cota Extra para realizar despesas com Equipamentos/Material Permanente, de Consumo e Prestação de Serviços, desde que as despesas não possam ser atendidas com a Cota Normal. A liberação de Cota Extra somente se dará mediante justificativa fundamentada da necessidade pela Direção da Escola. A solicitação deverá conter Ofício da Direção do Estabelecimento dirigido ao Secretário de Estado da Educação; 3 (três) orçamentos em papel timbrado de empresa do ramo, devidamente assinados, contendo as mesmas especificações e quantitativos; Justificativa fundamentada da solicitação; Certidões negativas, Federal, Estadual e Municipal da empresa que apresentar menor orçamento e; Parecer da Chefia do NRE. Os documentos



deverão ser protocolados no NRE, para emissão de parecer devidamente assinado pela Chefia do NRE e posterior encaminhamento a SUDE para análise e deferimento.

Em não havendo apresentação de documentos, aqueles anteriormente mencionados, a solicitação será objeto de devolução do processo ao NRE. Quando solicitada cota extra para executar reparos, melhorias, adquirir materiais e prestar serviços o gestor deve arquivar no estabelecimento de ensino, cópia de reserva dos orçamentos apresentados pelas empresas e anexar na prestação de contas documental cópia do orçamento aprovado.

#### 2.5.1.1.2 Cota especial

A conta especial está relacionada à liberação de recursos financeiros aos estabelecimentos de ensino, para executar programas e projetos desenvolvidos pela SEED. A própria SEED é quem define valores, com destinação específica conforme os critérios do projeto ou programa. Ressalte-se que neste item será utilizado o autor utilizado na seção anterior.

Os prazos para utilização dos recursos do Fundo Rotativo são de até 30 de junho – para realização das despesas referentes ao 1º semestre, sem recolhimento de saldo, sendo este incorporado automaticamente no 2º semestre e tem até 20 de dezembro – prazo final para usar os recursos, não permitido realizar despesas após essa data, exceto alguns estabelecimentos de ensino enquadrados em determinandas prerrogativas, quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro. O eventual saldo existente em conta, após 20 de dezembro, deverá ser recolhido aos cofres do Tesouro Geral do Estado, via GR-PR, no máximo até 28 de dezembro de cada ano.

#### 2.5.1.2 Investimentos do Estado em construções e melhorias (2010-2014)

Conforme a Tabela 1, entre 2010-2014 houve relativo aporte de investimentos destinados à infraestrutura, com ênfase a construção e melhorias de escolas públicas no Estado, demonstrando que embora tenha havido deflação no câmbio, os investimentos aumentaram ano após ano. Porém, em 2012 apresentou um maior aporte de recursos para a construção e melhorias de escolas públicas.

TABELA 1: Aporte de recursos em construções e melhorias de escolas públicas no Estado do Paraná

ANO	R\$
2010	6.693.833,34
2011	11.232.678,89
2012	36.191.694,69
2013	33.480.175,06
2014	32.949.971,19

FONTE: Fornecido pela Secretaria de Educação do Estado – SEED (2015).

Entre 2010-2014, o Governo do Estado do Paraná investiu uma média anual de 32 milhões na construção, ampliação, reforma e melhorias em 73 escolas de Curitiba, configurando obras de médio e grande porte, aguardadas pela população por aproximadamente 10 anos que derradeiramente foram concluídas somente em 2014. As obras incluíram a construção de 27 salas de aula em sete escolas que atendem cerca de 2.800 alunos, nos três turnos, desde o início do ano letivo de 2014. Em relação à infraestrutura do Estado, verifica-se que algumas escolas da Região Metropolitana de Curitiba, receberam considerável aporte financeiros para serem aplicados em construções e melhorias, conforme tabelas apresentadas abaixo.

Segundo a TABELA 2, constata-se que conforme encaminhamento e aprovação do aporte financeiro permitiu a escola estadual localizada no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, Brasil, receber melhorias como: sala de biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, rede de acesso à

Internet com banda larga, computadores para uso escolar dos alunos e quadra de esportes coberta. Reservando-se a necessidade de se construir auditório e dispor de área verde, o pátio é descoberto e não há sala para leitura.

TABELA 2: Município de Almirante Tamandaré

Biblioteca	Sim
Sala de leitura	Não
Laboratório de ciências	Sim
Laboratório de informática	Sim
Acesso à Internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Sim
Pátio coberto	Não
Auditório	Não
Quadra de esportes coberta	Sim
Área verde	Não

FONTE: IDEB (2016).

Conforme a TABELA 3, na escola estadual do município de Abatiá, Estado do Paraná, existem os seguintes elementos: biblioteca, laboratório de informática, acesso à internet, banda larga, computadores para uso dos alunos, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta e área verde, faltando-lhes um pátio descoberto, um pátio coberto, um auditório, uma sala de leitura e um laboratório para realizar experiências nas aulas de ciências.

TABELA 3: Escola Estadual – Abatiá-PR

Biblioteca	Sim
Sala de leitura	Não
Laboratório de ciências	Não
Laboratório de informática	Sim
Acesso à internet	Sim
Banda larga	Sim

Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Não
Pátio coberto	Não
Auditório	Não
Quadra de esportes coberta	Sim
Quadra de esportes descoberta	Sim
Área verde	Sim

FONTE: IDEB (2016).

Conforme demonstra a TABELA 4, a escola estadual do Ensino Fundamental, Teobaldo L. Kletemberg, localizada em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, por meio do aporte de recurso encaminhado e aprovado permitiu gozar dos seguintes recursos e bemfeitorias para o trabalho desenvolvido junto ao aluno, Biblioteca, Laboratório de ciências, laboratório de informática, acesso à internet, banda larga, computadores para uso dos alunos, pátio descoberto e coberto, quadra de esportes coberta e descoberta, área verde. Todavia, entre as necessidades que podem ser melhoradas quando reencaminhado e aprovado novo aporte de recursos encontram-se: auditório e sala de leitura para os alunos.

TABELA 4: Escola Estadual - Curitiba-PR

Biblioteca	Sim
Sala de leitura	Não
Laboratório de ciências	Sim
Laboratório de informática	Sim
Acesso à internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Sim
Pátio coberto	Não
Auditório	Não
Quadra de esportes coberta	Sim
Quadra de esportes descoberta	Sim

Área verde	Sim
------------	-----

FONTE: IDEB (2016).

Conforme dispõe a TABELA 5, a Escola Estadual, localizada em Mambore, Estado do Paraná, Brasil, mediante o aporte de recursos oriundos das despesas de capital (cota extra), encontra-se equipada com os seguintes instrumentos de trabalho, ensino e pesquisa: biblioteca, laboratório de informática, acesso à Internet e banda larga, computadores para uso dos alunos, pátio (escoberto e coberto), quadra de esportes (coberta e descoberta) e área verde, faltando-lhe os seguintes recursos: auditório, sala de leitura e laboratório de ciências, os quais permitirão viabilizar um ensino melhorado.

TABELA 5: Escola Estadual– Mambore - PR

Biblioteca	Sim
Sala de leitura	Não
Laboratório de ciências	Não
Laboratório de informática	Sim
Acesso à internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Sim
Pátio coberto	Sim
Auditório	Não
Quadra de esportes coberta	Sim
Quadra de esportes descoberta	Sim
Área verde	Sim

FONTE: IDEB (2016).

Após a demonstração de Tabelas, interpretação e análise do aporte financeiro transferido conforme requisitado pelas próprias escolas estaduais, o qual promove uma série de benefícios às unidades de atendimento à educação e ensino, passa-se a conclusão do estudo, conforme segue.



## CONCLUSÃO

O montante divulgado nos relatórios demonstrativos de gastos públicos no período estudado permitiu que as escolas contempladas se tornassem melhor equipadas não somente nas edificações prediais, ao receberem pintura interna e externa, mas receberam ainda materiais de trabalho, seja para o setor administrativo, pedagógico e outros, bem como instrumentos de trabalho e equipamentos necessários ao melhor desempenho da relação professor-aluno.

Algumas escolas receberam novas salas de aula, laboratórios, canchas de futebol, ginásios para a prática de esportes, concerto de muros, calçadas, parapeitos, alambrados, jardinagem, correção de telhados, saneamento e esgoto interno e externo. De igual forma, ganharam nova arquitetura, estrutura, instalações elétricas, instalações de água e esgotos sanitários, instalações de gás e telefonia, acessibilidade, prevenção de incêndio, entre outros benefícios.

Os investimentos destinados em infraestrutura educacional contribui para o correto desenvolvimento do aluno e assim para que possa gozar dos direitos fundamentais, como é o direito de acesso e permanência na escola, a fim de que se torne um cidadão pronto para enfrentar os desafios que se lhe apresentam em suas vivências como jovem adulto e nas fases subsequentes de sua vida, uma prerrogativa constitucionalmente estatuida, haja vista as melhorias obtidas em infraestrutura no período objeto de estudo, nas escolas de todo o Estado do Paraná.

É inegável a contribuição das construções e melhorias oriundas do orçamento público destinado à despesa de capital - cotas extras e cotas especiais, que forma que tanto o aluno como o profissional são beneficiados pelas benfeitorias e pela aquisição de materiais, equipamentos, instrumentos e edificações.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 232p.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 25 nov 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 25 nov 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.406**, 10 jun 2015. Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 25 nov 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

\_\_\_\_\_. **IDEBI**. (2016). Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41122925>>. Acesso em 20 out 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41042476>>. Acesso em 20 out 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41357027>>. Acesso em 20 out 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41127340>>. Acesso em 20 out 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41127609>>. Acesso em 20 out 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/41017730>>. Acesso em 20 out 2015.



CASTRO, Cláudio de Moura; FLETCHER, Philip. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985**. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1986.

CUNILL GRAU (2005). In: LIPPI, Mariana Ferreti. A estratégia de articulação intergovernamental na implantação de políticas públicas metropolitanas: construindo um conceito e evidenciando a aplicação prática. **II Congresso Consad de Gestão Pública**. Painel 37. Políticas Públicas e Gestão: a Questão Metropolitana. 2014.

**Direito à educação**. Disponível em

<[http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9&Itemid=9](http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=9)>. Acesso em 25 nov 2015.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. **Declaração de Jomtien (Tailândia)** 09 de Março de 1990, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Disponível em <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em 20 fev 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three words of welfare capitalism**. Princenton: Princenton University Press, 1990.

ESTADO DO PARANÁ. **Representantes da SEED e chefias de regionais se reúnem**. (2015). Secretaria da Educação. Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5856>>. Acesso em 20 out 2015.

ESTADO DO PARANÁ. **Manual de Operacionalização Curitiba**. Fundo Rotativo Recursos Descentralizados para as Escolas Estaduais. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar. 2012. Disponível em <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manualfr\\_2012.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manualfr_2012.pdf)>. Acesso em 23 fev 2016.

FERRO, Diana Sofia. O papel do Estado. **Revista de Economia**. 2008;11. Disponível em <<http://www.notapositiva.com/resumos/economia/11estado.htm>>. Acesso em 25 nov 2015.

GOBERT, MULLER In: VAZ, L. G. D. Políticas públicas. **Revista Eletrônica do Departamento**. 2007;10(1).

HATTIE, John. Visible learning. **A synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement**. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2009.

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. Universidade Fluminense. **Caderno de Pesquisa**. 1998;104:5-34. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/158.pdf>>. Acesso em 22 nov 2015.

**INFRAESTRUTURA**. (2015). Disponível em <[http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/infra-estrutura.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/infra-estrutura.htm)>. Acesso em 18 nov 2015.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930-1990. Textos para discussão n. 852. Brasília, dez 2001.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Jomtien. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-jomtien/>>. Acesso em: 03 de jan. 2016.

**Orçamento público** - conceitos básicos. (2015). Disponível em: <<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/orcamento-e-financas/orcamento-publico-conceitos-basicos>>. Acesso em 15 out 2015.

**O que são finanças públicas?** Disponível em: <<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/orcamento-e-financas/orcamento-publico-conceitos-basicos>>. Acesso em 15 out 2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. (2009). Disponível em <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 2 set 2015.

OFFE, Claus, LENHARDT, Gero. **Social Policy and the Theory of the State**. In: OFFE, Claus e KEANE, John (Eds.). *Contradictions of the Welfare State*. Massachusetts: MIT Press, 1990a. 4 ed. Publicado originalmente em Ferber e Kauf-man, F.X. (Eds.). *Kölner Zeischrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 19, p. 98-127, 1977.

RODRIGUES, Marta M. Assunção. Políticas públicas. **Folha Explica**. São Paulo: Folha, 2011.

RIBEIRO, Marisa Marques; MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. A realidade velada e desvelada no ambiente escolar. 1. ed. 4ª. reimpressão. Curitiba/PR: Juruá, 2007. 144p.

ROSA, Rosângela Corrêa da. **A garantia do direito humano à educação de qualidade:** a oferta da educação infantil no Rio Grande do Sul como novo desafio do Ministério Público. Disponível em <[http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/a\\_garantia.pdf](http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/a_garantia.pdf)>. Acesso em 20 nov 2015.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. **Textos para Discussão** n. 1267. Brasília: IPEA, 2007.

SIMAS, Ana. **Estrutura precária afeta o ensino.** Escolas depredadas e com espaços desconfortáveis fazem com que o aluno sinta-se desmotivado e até abandone os estudos. 2012.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARIÑAS, Mayte. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria (org.). **A educação no Brasil rural.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília. 2006. p. 47-68.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Gírlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.** 2013;24(54):78-99. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em 20 out 2015.

SOUZA, Celine. Introdução políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre. 2006;8(16):20-45.

**Uma escala para medir a infraestrutura escolar.** Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em 23 fev 2016.

VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. **Lua Nova.** 1991;24.

